

Aula 8

A CRISE DA SOCIEDADE FEUDAL: OS SÉCULOS XIV E XV

META

Situar a crise que se abateu sobre a Europa nos séculos XIV e XV no contexto da crise do modo de produção feudal.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

- Analisar fatores que teriam contribuído para a crise.
- Enfatizar causas e efeitos econômicos e sociais da epidemia de peste.
- Destacar a opinião de diferentes estudiosos do medievo a respeito da crise.
- Examinar a crise como marco do fim da Idade Média.

Lenalda Andrade Santos
Bruno Gonçalves Alvaro

INTRODUÇÃO

Para exame do tema reservado para a aula de hoje, a crise que atingiu a Europa nos séculos XIV e XV, utilizaremos como material indicativo, texto extraído do livro Sociedade Feudal: Guerreiros, sacerdotes e trabalhadores. Autor: Francisco Carlos Teixeira da Silva. Vamos a ele.

“Nem mesmo a existência de uma crise de caráter geral da sociedade feudal, nos séculos XIV e XV, é um fato estabelecido e incontestado entre os historiadores. Enquanto a maioria dos autores procura ressaltar os cortes e rupturas entre o período de marcante crescimento (uma fase ascendente cobrindo os séculos XI-XIII) e o período de depressão (a fase de baixa dos séculos seguintes), outros procuram mostrar as continuidades entre ambas as épocas. Para tal, apontam para os sinais inequívocos de continuidade estrutural e mesmo de crescimento em várias regiões. Então, o que teria mudado? Para responder a esta pergunta, como pretendemos neste capítulo, devemos deixar o mais claro possível o conceito de crise. Esta não é entendida, aqui, como um acidente no curso da bela performance da economia feudal, com uma posterior retomada dos seus próprios ritmos. Aceitando a definição de Ruggiero Romano poderíamos dizer que crise representa a substituição de uma estrutura, que não consegue mais se reproduzir como antes, por outra. Neste sentido, a questão da continuidade e da descontinuidade fica irremediavelmente prejudicada principalmente se tivermos em mente que todo fenômeno social tem contradições internas que lhes são inerentes e que explicam seu próprio movimento. O movimento também não deve ser visto como um raio em céu azul. A crise não surge do nada, e o trabalho de inúmeros historiadores, particularmente sobre a Inglaterra, vem mostrando que a contração econômica tinha ensaios locais.

SÉCULO XIV: A CHEGADA DA ESTRELA DA MORTE



Figura 23: Peste Negra vitimou grande parte da população européia no século XIV <http://www.felipex.com.br>

Entre 1315 e 1317 sucedem-se pesadas chuvas por todo o norte da Europa Ocidental, de forma tão intensa e ininterrupta que os campos são devastados e as colheitas perdidas, gerando uma situação de calamidade para o mundo camponês [...] e que se soma aos vários anos bons que haviam levado o preço dos cereais a níveis bastante baixos. Sem colheitas e sem poupança, o mau tempo inaugura o grande movimento de crise do século XIV.

O crescimento demográfico contínuo dos séculos anteriores havia garantido uma estável alta dos preços até 1300, quando os primeiros sinais de instabilidade se fazem notar. Entre 1300 e 1320 os preços caem ou oscilam bruscamente, ora em face de colheitas abundantes ora em face de crises localizadas sobre centros produtores, para novamente estabilizarem-se entre 1320 e 1342, a partir do que a crise da Peste Negra destruirá qualquer equilíbrio próprio. [...]

Mesmo os contemporâneos não conseguiam ver com clareza as razões do tumulto e da insegurança do mundo dos negócios [...] Muitas vezes não se vendo as razões do infortúnio, se procurará culpar alguém pela sua existência. Ao mesmo tempo em que o abade de Saint-Martin morria de peste, Filipe V, o rei da França, ordenava a caça de todos os leprosos acusados de inveja e malefícios que sob tortura eram confessados, dando ensejo a que se armassem as fogueiras. Um pouco por toda parte judeus, prestamistas, mercadores, mulheres solitárias, leprosos, serão queimados na esperança de manter vivos seus algozes.

Uma primeira tentativa de explicação da contração econômica do período deve passar, necessariamente, pela história do clima. [...] Tal fato provocou certo espanto em bom número de historiadores que viram, desta forma, se buscar no movimento dos astros ou nas explosões do sol a causa do infortúnio dos homens. Os marxistas, em especial, protestaram contra tais interpretações até o momento em que o historiador marxista, o polonês Witold Kula, procura relacionar os fenômenos naturais com a luta de classes. Partindo do princípio de que é tarefa do historiador conhecer os processos e diferenciar as tendências de aproveitamento da natureza pelo homem, Kula afirma que as flutuações das colheitas incidem sobre a renda social, suscitando complexos processos de readaptação e de distribuição. Na verdade, a capacidade dos homens em resistir a pragas ou acidentes climáticos prende-se à técnica usada por aquela sociedade, assim como à possibilidade do trabalhador de acumular um estoque próprio, ou seja, às condições em que se dá a repartição do produto do trabalho. Jacques Le Goff nos lembra, a propósito da fome de 1315, que “os pobres morrem de fome no mesmo lugar em que o rico tem seu celeiro ou a sua bolsa com que saciar-se”. A crise exacerba as contradições de classe levando para o plano social as mutações do econômico. De qualquer forma o fato é que a partir de 1315 grandes chuvas se abateram sobre a Irlanda, Escócia, Ingla-

terra, França, Itália do Norte e planícies germano-polonesas até a Rússia. A maioria das colheitas foi perdida gerando a “fome europeia”. [...]

A consequência imediata de tal situação foi o enfraquecimento da população e sua vulnerabilidade em face das pandemias, como a Peste Negra de 1348. A discussão sobre seu papel como elemento causador da crise da sociedade feudal parece já suficientemente ultrapassada, entretanto talvez sua imagem permaneça como símbolo da precária situação da população da época. As “origens” da Peste e sua precisa diagnose são discutíveis, destacando-se a origem genovesa. [...] De qualquer forma a doença se alastrou por toda a Europa atingindo uma população mal alimentada e bastante extenuada por exigências crescentes do sistema. Em 1348, a Itália, a Espanha, a França e a Inglaterra – os eixos do novo comércio – já conheciam seus efeitos. Em 1349 penetra na Alemanha e daí à Europa Central, chegando à Escandinávia e países bálticos em 1350. [...]

A maioria dos historiadores admite, com Gimpel, uma “punção” demográfica de 33% até 40% do total da população e, como seria natural, com um índice mais concentrado nas cidades do que no campo. Isso justifica a expressão “fratura demográfica” utilizada por Romano para descrever o impacto da crise sobre a demografia e, conseqüentemente, sobre os demais setores da sociedade feudal [...].

Algumas vezes se tem explicado todo este quadro de calamidades através de um pensamento neomalthusiano que registraria crise através do estancamento do crescimento econômico e a manutenção do ritmo de crescimento demográfico. Tal interpretação, a nosso ver, separa forças que atuam conjuntamente e que não se explicam per se. Os homens e seus movimentos, compreendidos como forças produtivas, não podem ser vistos ao lado de um regime ou sistema econômico abstrato. O crescimento econômico tem como elemento central uma demografia capaz de sustentá-lo. Esta só se torna um impedimento ao crescimento quando as próprias condições sociais visam utilizá-la no seu limite de resistência. No caso específico do deslançar das calamidades em 1315, a fragilidade da população nos deixa ver que já vinha se processando um movimento de intensificação da exploração dos camponeses capaz de impedir a constituição de estoques alimentícios ou de trocas.

A partir deste momento devemos trabalhar em dois planos diferentes: de um lado, o processo acima descrito (as chuvas, as fomes, as pestes) e que era sem dúvida irremovível para sua época pela ação dos homens. De outro lado, vinha se processando um movimento mais telúrico (enquanto o outro virtualmente cai do céu) e que diz respeito às transformações no modo de extrair o excedente dos camponeses por parte dos senhores. Particularmente Kosminsky parece ter percebido isto ao assinalar que o crescimento da exploração feudal acaba por levar a economia camponesa à exaustão, e após algum tempo impede o desenvolvimento das forças produtivas na

sociedade feudal, destruindo as condições para a reprodução da força de trabalho [...]. Assim, o fato é que a exploração dos camponeses vinha se intensificando rapidamente antes da crise, abrindo possibilidades para que qualquer grande impacto, mesmo “externo” ou “acidental”, como chuvas, pestes e fomes, provocasse uma ruptura de grandes proporções.

A maioria dos historiadores concorda em que o final do século XII e o século XIII assistiram a um recrudescimento dos laços feudais, fato que não é estranho ao desenvolvimento do senhorio banal. Robert Boutrunhe, Por exemplo, destaca o aumento dos gastos dos senhores feudais principalmente com monumentos religiosos e obras de caridade, num sentido técnico. Já Wilhelm Abel destaca o aumento do luxo na vida cotidiana dos senhores [...].

Obviamente, os dados disponíveis são de um período tardio, século XV, mas servem como comprovadores de tendências que se esboçam no século XIII e tomam força ao longo do século XIV. Além disso, devemos destacar uma rápida mudança de hábitos que liga a economia senhorial ainda mais intimamente com o mercado, do qual nunca esteve inteiramente afastada [...].

Um ponto destacado por Jacques Heers (1968) é a inconformidade das mulheres em continuar usando os grossos tecidos feitos em casa. Lembra o mesmo autor uma crônica do século XIV na qual uma “viúva havia vendido uma aldeia para fazer um belo vestido”, numa época em que um só vestido de seda poderia valer várias aldeias.

Parece que 1315 se torna, desta forma, um verdadeiro ponto de colisão. De um lado, os acidentes naturais e, de outro, o recrudescimento da exploração feudal sobre os camponeses. Transformação da Europa do século XIV, mais especificamente entre 1378 e 1381, em palco de violentas insurreições camponesas. Particularmente a Inglaterra, onde as transformações se faziam sentir mais intensamente, assistiu a ferozes revoltas que por duas vezes lançam sobre Londres exércitos de miseráveis [...]

Georges Duby explica o clima de revolta que varreu a Europa do Quatrocento através de pesadas exações exigidas por reis e nobres, principalmente a talha e a manutenção dos exércitos. Porém, fundamentalmente, localiza o germe do desespero dos camponeses nas tentativas vitoriosas dos senhores feudais em reagir contra a deterioração das suas rendas através da multiplicação das exigências de pagamentos. Neste sentido não são apenas revoltas de trabalhadores famintos em busca do pão. Muitas sublevações acontecem em regiões ricas e prósperas, como o Norte da Itália, em Flandres, ou a jacquerie francesa de 1358, que se explicam pelo ódio a novas taxas e pela tentativa de garantir a manutenção do status quo. São os senhores feudais, com suas novas e crescentes exigências atendidas por um comércio próspero, que promovem um profundo desequilíbrio estrutural. As novas exigências incidem sobre a capacidade de poupar dos camponeses [...].

Na França, os levantes camponeses ficaram conhecidos como jacqueries, devido ao fato de os camponeses serem “chamados pejorativamente naquele país de “jacques Bonhomme”, termo similar ao que hoje conhecemos como “João-ninguém” ou “Zé-povinho”. Reproduzimos abaixo trecho de um registro sobre a jacquerie ocorrida em 1358.

“Nesse tempo revoltaram-se os Jacques em Beauvoisin [...] Entre eles estava um homem muito sabedor e bem falante, de bela figura e forma. Este tinha por nome Guilherme Carlos. Os Jacques fizeram-no seu chefe. Mas ele viu bem que eram gente miúda, pelo que se recusou a governá-los. Mas de fato os Jacques tomaram-no e fizeram dele seu chefe, como um homem que era hospitaleiro, que tinha visto guerras. Também as tinha visto Guilherme Carlos, que lhes dizia que se mantivessem unidos. E quando os Jacques se viram em grande número, perseguiram os homens nobres, mataram vários e ainda fizeram pior [...] Na realidade, mataram muitas mulheres e crianças nobres, pelo que Guilherme Carlos lhes disse muitas vezes que se excediam demasiadamente; mas nem por isso deixaram de o fazer...” (PEDRERO-SANCHEZ, 2000, p. 203).

Tanto os trabalhos de Georges Duby, Bronislav Geremek e Michel Mollat [...] apontam para o mesmo fato: tanto os camponeses pobres como os abastados se revoltam na tentativa de salvar alguma coisa de um passado próspero, como também na massa de artesãos urbanos, desde Flandres até Florença. [...]

Le Goff destaca o fato de que se os trabalhadores foram “a primeira vítima da crise”, os senhores tornaram-se o seu mais poderoso alvo. Estes estão pela primeira vez em face de uma situação na qual seus meios tradicionais de manipulação não se adaptam ou dão resultados satisfatórios imediatos. [...] Mesmo a monarquia com seus poderosos meios de manipulação, como as desvalorizações monetárias, provocava reações que mesmo ela não esperava ou desejava. [...]

A consciência, por parte dos senhores, da incapacidade de lidar com o nível econômico, de alterar suas tendências [...], os levará a agir no nível político na busca de sanar a crise através de um maior controle dos direitos e das alterações dos costumes. Esta é a chave para a compreensão dos séculos seguintes e de fenômenos como a reação senhorial e a chamada “segunda servidão”. Na Inglaterra e na França os reinados de Eduardo II e de Filipe, o Belo, são marcados pelo avanço da nobreza que em troca da devolução de algumas regalias à Coroa arrancam inúmeros direitos dos camponeses sob o beneplácito do rei. Por toda a Europa, e na Inglaterra mais agudamente, a reação senhorial realiza um reagrupamento das terras em detrimento

do uso comunal pelos camponeses. Ao leste de Elba, particularmente em Brandenburgo e Polônia, formam-se imensas propriedades, assim como na Dinamarca, Suécia e Noruega. Normalmente, produzem cereais vendidos para o ocidente através do intenso comércio do Báltico e que, em vez de “dissolver” os laços feudais, os reforçam. Dinamarca e Noruega reforçam sua área de criação e exportam carnes salgadas e manteiga. Na Toscana também se dão os reagrupamentos sob a forma do “apoderamento” sobre as terras camponesas com uma produção voltada para as plantas industriais, principalmente as tintoriais [...].

Ao mesmo tempo em que se apoderam das terras, reforçando seu patrimônio fundiário, os senhores procuram os salários inteiramente descontrolados com a rarefação da mão-de-obra. Assim, as monarquias na Espanha, França, Portugal e Inglaterra sob a pressão da nobreza estabelecem rigorosos estatutos tabelando os salários [...]

Tendo este quadro por fundo só restava aos senhores, como nos lembra R. Romano, duas saídas:

- a) arrendar suas terras, a preços cada vez mais baixos, aos camponeses;
- b) proceder à exploração direta com a contratação de trabalho assalariado.

Desta forma os senhores viam, pela primeira vez, a redução do seu poder e a ascensão de um segmento superior de camponeses abastados e burgueses que investiam nos arrendamentos de terras, produzindo matérias-primas e alimentos para o mercado. Concomitantemente a grande maioria dos trabalhadores, apesar de livres da servidão da gleba, não veria mais os momentos de melhoria de vida que a rápida elevação de salários havia provocado. Através de um processo de aguda diferenciação social começa a se constituir novos segmentos sociais no campo. De um lado, camponeses que consolidam a posse das terras em que trabalhavam e o uso de direitos coletivos, dando origem a uma prioridade parcelar da terra principalmente na França e Alemanha renana; de outro, não podem resistir aos senhores e são englobados em grandes explorações com o renascimento da corvéia produzindo artigos para o grande comércio, como no leste de Elba; nas regiões mediterrâneas desenvolve-se a parceria e por quase toda a parte desenvolve-se o arrendamento, no qual camponeses e burgueses abastados exploram camponeses pobres ou sem terra via salário.

Esta última forma, o arrendamento, permitirá a aceleração do desenvolvimento econômico a partir de novas bases. Seja através da “segunda servidão” como no leste, seja através da especialização da produção para o mercado, com culturas com um nível técnico mais elevado, poupadoras de mão-de-obra, mais concentradas geograficamente e com qualidades reconhecidas em toda a Europa. É assim que a lã inglesa, diferente (mais cara) por sua vez da lã dos merinos espanhóis; o queijo da Sicília; a manteiga da Noruega exportada pela Hansa; os corantes e linhos da Alemanha; os vinhos da França, do Reno e do Douro e etc. [...] (SILVA, 1982, P. 69/82).

O FIM DA IDADE MÉDIA

Se um habitante da Europa em 1200 pudesse viajar no tempo anos adiante, teria encontrado um mundo completamente diferente. Até o campo ia lhe parecer mais vazio. Alguns povoados tinham se transformado em pequenas cidades, mas muitos outros desapareceram para sempre devido à diminuição gradual de sua população depois da “Peste Negra”.

Dentro dos povoados também ia encontrar muitas mudanças. Alguns camponeses prosperaram e arrendaram mais terras dos novos senhores. Outros haviam desistido completamente de suas terras e trabalhavam agora para quem podia pagar em dinheiro. Alguns camponeses abandonaram o campo para sempre e passaram a morar e trabalhar nas cidades. A divisão dos camponeses entre “livre” e “não livre” tinha cada vez menos importância.

Os soldados não vinham mais das fileiras dos cavaleiros e dos nobres. Mercenários (homens que lutavam mediante um ordenado) tinham tomado o lugar deles. Os mercenários não deviam lealdade aos senhores feudais, mas apenas a quem os pagava. Eram homens rudes e brutais, temidos em toda parte. Os nobres desempenhavam ainda um papel importante no governo, mas partilhavam agora o cargo de conselheiros do rei com comerciantes ricos da cidade e proprietários do campo.

A Igreja estava sendo duramente criticada, em 1500. Estudiosos e alguns padres diziam que os monges e as freiras não se dedicavam mais à oração e à ajuda aos necessitados. Queriam também reformar os ritos da Igreja, e traduzir a Bíblia para a língua do país, para que o povo pudesse entender os ensinamentos sem ajuda dos padres.

Sob certos aspectos, o viajante de 1200 consideraria o século XV como uma época muito triste. Todos estavam deprimidos pelos longos anos das epidemias, preocupados com os próprios pecados e assustados com a perspectiva de ir para o inferno. Receberam de boa vontade a liberdade provocada pela decadência gradual do poder feudal. Mas essa nova liberdade significava também que o mundo que conheciam, regido pelo trabalho fixo e obrigatório, na mansão ou no castelo, e pelos costumes locais, estava abalado.

Entretanto, sob outros aspectos, o fim da Idade Média foi uma época de muitas invenções e descobertas. Artistas na Itália e nos Países Baixos estavam produzindo telas e esculturas magníficas. O “novo” continente da América foi descoberto em 1492. Foi inventada a prensa. A Europa de 1500 devia ser um lugar fascinante para se visitar.” (MACDONALD, Fiona, 1995, p.56).

CONCLUSÃO

Reconhecida pelos historiadores como “fato estabelecido e incontestado”, a crise que nos séculos XIV e XV se abateu sobre a Europa “representa a substituição de uma estrutura, que não mais consegue se reproduzir como antes, por outra”. Dito de outra forma, a crise, na perspectiva aqui adotada, indica uma passagem: a do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista.



RESUMO

A escassez de alimentos motivada por mudanças climáticas numa fase de constante aumento populacional trouxe dificuldades econômicas, fome e condições para pandemias, como a Peste Negra de 1348.

Como resultado da drástica redução de mão-de-obra causada pelas epidemias cresce a exploração dos trabalhadores, motivo de constantes levantes que, por sua vez, desorganizam ainda mais a produção.

Segundo Franco Jr., “apesar de sensíveis desigualdades regionais, no conjunto a peste negra de 1348 -1350 dizimou de 25 a 35% da população européia. Esta perda demográfica foi tão grande, que os níveis anteriores a ela seriam alcançados apenas no século XVII.”

Menos alimentos, mais miséria, mais revolta. A aristocracia perde fortuna e poderes, camponeses e burgueses ganham espaço num Estado que vai aos poucos se ajustando a uma nova ordem econômica e social. É esse um breve quadro do fim da Idade Média.



ATIVIDADES

1. Faça um resumo do texto de Francisco Teixeira da Silva a respeito da crise dos séculos XIV e XV.
2. Indique as mudanças representativas do fim da Idade Média.



PRÓXIMA AULA

A difusão do pensamento e conhecimento do mundo, as descobertas geográficas é o tema do nosso próximo encontro.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COSTA, Luís César Amad e MELLO, Leonel Itaussu A. **História Geral e do Brasil: da Pré-História ao Século XXI**. São Paulo: Scipione, 2008.
- CONTE, Giuliano. **Da Crise do Feudalismo ao Nascimento do Capitalismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1976.
- CROUZET, Maurice (Direção). **História Geral das Civilizações. A Idade Média: Os tempos difíceis**. V. 8. Tradução de Pedro Moacyr de Campos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- FRANCO Jr., Hilário. **O Feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- **A Idade Média: o Nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
7. FRANCO Jr, HILÁRIO e CHACON, Paulo Pan. **História Econômica Geral**. São Paulo: Atlas, 1986.
8. LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
9. HEERS, Jacques. **O Ocidente nos Séculos XIV E XV – Aspectos Econômicos e sociais**. Tradução de Anne Arnichand da Silva. São Paulo: Pioneira, 1973.
10. HUIZINGA, Johan. **O Declínio da Idade Média**. Tradução de Augusto Abelaira. Lisboa – Rio de Janeiro: Ulisseia, s/d.
11. MACDONALD, Fiona. **O Cotidiano Europeu na Idade Média**. São Paulo: Melhoramentos, 1995.
12. MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. Tradução de Heloísa Jahn. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
11. PIRENNE, Henri. **História Econômica e Social da Idade Média**. Tradução de Lycurgo Gomes da Motta. São Paulo: Mestre Jou, 1978.
13. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Sociedade Feudal: Guerreiros, Sacerdotes e Trabalhadores**. São Paulo: Brasiliense, 1982.